

Contra o antissemitismo
e suas instrumentalizações

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Júlio Cesar Torres

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Maurício Funcia de Bonis

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Ricardo D'Elia Matheus

Sílvia Maria Azevedo

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

JUDITH BUTLER • ARIELLA AÏSHA AZOULAY •
SEBASTIAN BUDGEN • LEANDROS FISCHER •
MAXIME BENATOUIL • HOURIA BOUTELDJA •
FRANÇOISE VERGÈS • FRÉDÉRIC LORDON •
NAOMI KLEIN

Contra o antissemitismo e suas instrumentalizações

Tradução
Thomaz Kawauche



editora
unesp

Título original: *Contre l'antisémitisme et ses instrumentalisations*

© 2024 La Fabrique Éditions

© 2025 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

C764 *Contra o antisemitismo e suas instrumentalizações / Judith Butler ... [et al.]; traduzido por Thomaz Kawauche. – São Paulo: Editora Unesp, 2025.*

Tradução de: *Contre l'antisémitisme et ses instrumentalisations*

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-293-9

I. Política. 2. História. 3. Preconceito. 4. Guerra. 5. Gaza. 6. Palestina. 7. Israel. 8. Genocídio. 9. Holocausto. I. Butler, Judith. II. Azoulay, Ariella Aïsha. III. Budgen, Sebastian. IV. Fischer, Leandros. V. Benatouil, Maxime. VI. Bouteldja, Houria. VII. Vergès, Françoise. VIII. Lordon, Frédéric. IX. Klein, Naomi. X. Kawauche, Thomaz. XI. Título.

2025-3486

CDD 320

CDU 32

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Sumário

- Tornar impossível uma palavra judaica
contra a violência de Estado 7
Judith Butler
- As ruínas devem ser habitadas para
poderem ser reparadas 27
Ariella Aïsha Azoulay
- A resistível queda de Jeremy Corbyn 55
Sebastian Budgen
- “Antifascismo dos imbecis”: sobre a função da atual
“caça às bruxas antissemitas” na Alemanha 99
Leandros Fischer
- Esquerdista, antirracista e sionista? Para acabar com
uma contradição persistente 131
Maxime Benatouil
- Devolver os judeus à história ou o fim da inocência 169
Houria Bouteldja

A batalha no <i>front</i> cultural	207
<i>Françoise Vergès</i>	
Dominar inocente (uma fantasia)	243
<i>Frédéric Lordon</i>	
Necessitamos de um êxodo do sionismo	251
<i>Naomi Klein</i>	
Biografias	257

Tornar impossível uma palavra judaica contra a violência de Estado

Judith Butler

O 7 de outubro de 2023 e a guerra genocida que se seguiu constituem uma ilustração funesta para a urgência de pensarmos consistentemente acerca da violência e dos modos de nos libertarmos dela. Em um mundo que sofre com guerras e catástrofes, o horror desencadeado sobre palestinas e palestinos, não apenas nos últimos meses, mas repetidamente desde o nascimento do Estado de Israel, representa um ponto de condensação para todos os problemas ligados à violência de Estado, tanto física quanto moral, tanto militar quanto policial, cultural, econômica ou social; e para as maneiras pelas quais aqueles que sofrem tais violências respondem a elas no cotidiano, desde a mais simples microrresistência até os movimentos não violentos, ou ainda as facções armadas. No transcurso destrutivo da atualidade, há lugar para o pensamento, para uma crítica da soberania, para reflexões sobre o valor de cada vida, sobre a possibilidade não apenas de convívio, mas também de ética na relação com o outro. Em minha jornada intelectual, passei

quase vinte anos envolvida nesse trabalho, seja com o pensamento judaico, seja para além dele, e sempre incluindo a história e a literatura palestinas: tenho argumentado que certa tradição judaica, tanto religiosa quanto filosófica, exige questionamento das lógicas predatórias, exclusivistas, coloniais e possessivas do Estado-nação. A condição judaica, nos antípodas dos pensamentos centrados na soberania, é um lugar (não exclusivo) para articular o ponto de vista do mundo dos apátridas, dos exilados, das diásporas. Assim, gostaria de mostrar que a binacionalidade e a diáspora, características do pensamento pós-sionista contemporâneo, já estavam firmemente ancoradas nas reflexões e nas irreflexões de figuras como Arendt, Benjamin, Kohn, Buber e Lévinas.

Contudo, também já faz mais de vinte anos que não escrevo a respeito da despossessão sofrida por judias e judeus que pretendem conduzir o debate — apesar das incessantes acusações de antisemitismo contra qualquer crítica às políticas do Estado de Israel e, *a fortiori*, contra qualquer questionamento da atual fundação desse Estado-nação — sobre a soberania e a proteção da maioria demográfica judaica e o direito de retorno reservado exclusivamente a judias e judeus de todo o mundo. De fato, por trás da ideia de que qualquer crítica a Israel ou ao sionismo constitui intencional ou objetivamente uma forma de antisemitismo, há dois pressupostos intimamente relacionados. Por um lado, criticar Israel indicaria necessariamente uma intenção de prejudicar judias e judeus ou, ainda, fortaleceria aqueles que desejassem prejudicá-los. Por outro lado, se a crítica a Israel ataca judias e judeus de alguma forma, isso se deve ao fato de termos aprendido que há equivalência direta entre judaísmo e sionismo, ou entre judias/judeus e sionistas.

Essa equação é ruínosa e só causa violência, pois impossibilita a crítica salutar, a partir de uma posição judaica fundada na diáspora, começando pela violência associada ao exercício da soberania e às políticas identitárias baseadas na pertença exclusiva e na apropriação privatista e violenta.

É nesse contexto específico que devemos compreender os ataques à liberdade de expressão, particularmente na França, na Alemanha e nas universidades norte-americanas, ocorridos na cena política ligada aos crimes perpetrados em Gaza. Os desdobramentos do ataque de 7 de outubro exacerbam todas as características e questões cristalizadas em torno da violência colonial e das reivindicações por emancipação e justiça. Deveríamos ser capazes de pensar nesses desdobramentos sem negar que a solidariedade com palestinas e palestinos é absolutamente necessária. No entanto, todos os movimentos sociais, de intelectuais, artistas e, em particular, de vozes judaicas que denunciam o massacre, são submetidos a uma onda de repressão sem precedentes liderada pelos Estados ocidentais, onda que visa quebrar qualquer tipo de solidariedade ou demanda por justiça e, ao mesmo tempo, criminalizar qualquer tentativa de contextualização, impedindo o surgimento da busca por condições que possibilitariam a convivência, uma vida comum futura.

De Harvard à Sciences Po: a democracia impedida

A recente mobilização nos *campi* estadunidenses e nas universidades da Europa, especialmente na França, tem chamado a atenção de todo o mundo. Palestinas e palestinos da diáspora me informaram que esse elã, essa lucidez e essa grande solidariedade trazem bastante conforto. Várias vezes ouvimos sobre

Israel e Palestina que “a situação é muito complicada”. Para muitos jovens, é bem provável que as coisas atualmente não sejam tão complexas. A violência que solapa Gaza é uma violência genocida. É claro e evidente que há diversas provas materiais e filmagens que atestam isso; eles não as ignoram. Esses jovens se informam de todas as maneiras possíveis. Leem, acompanham cursos e seminários que tratam da história de Gaza, e não se limitam aos recentes e horríveis bombardeios que já custaram a vida de quase 40 mil pessoas. A juventude mobilizada conduz suas próprias pesquisas sobre a história do sionismo, a colonização na Palestina, o destino dos refugiados palestinos, sua vida como apátridas ou como sujeitos de uma autoridade político-administrativa sem soberania, ou o estatuto de cidadãos de segunda classe no caso dos palestinos de 1948 em Israel.

É importante perceber que a luta nas universidades combina intimamente o ativismo e a autoeducação coletiva. Trata-se de um trabalho constante para esclarecer os princípios e a orientação do combate: explicar coletivamente por que não é aceitável dizer “os judeus devem retornar para suas casas na Polônia”, mas também explicar o que significa *Palestina livre*. Nada de “lançar os judeus ao mar”, mas sim acabar com as colônias, redistribuindo as terras entre palestinas(os) expulsas(os); pensar em uma forma justa de implementar o direito de retorno daqueles que sofreram exílio forçado e que desejam retornar à sua terra ou, pelo menos, à região, ou ainda que desejam o benefício das reparações pelos danos que sofreram coletivamente. Liberdade diante da colonização, dos bombardeios, da ocupação, das violências e das prisões, certamente; mas liberdade para fazer o quê? Qual deveria ser a aparência dessa liberdade? Como organizá-la? Como todas as pessoas, judias e judeus,

palestinas e palestinos, deveriam conviver nessa realidade nova de uma Palestina livre? Ou deveríamos chamá-la de Palestina-Israel? Ou seriam dois Estados que negociariam um acordo justo ou uma coexistência entre federações? Muitas pessoas já começaram a pensar sobre isso, e até gostaríamos de ver esses seminários que acontecem na rua e na universidade se expandirem; seminários nos quais *slogans* estúpidos, odiosos ou antisemitas pudessem ser descartados, e todas as implicações das palavras de ordem fecundas, que realmente clamam por mais justiça, liberdade e igualdade no Oriente Médio, pudessem ser empregadas.

A sequência recente ilustra bem – e de forma verdadeiramente literal – o que mencionamos antes sobre o banimento de nossos lugares de reflexão por conta do amálgama entre antisemitismo e antissionismo. Como muitos outros, vi reitores das universidades que, com leviandade, convidavam a polícia para desmontar acampamentos e atacar e ferir os estudantes, tolhendo deles a liberdade de reunião e de expressão, sem mencionar a liberdade acadêmica. É preciso enfatizar que alguns reitores de universidades não chamam as forças policiais, e isso é louvável, mas o que aconteceu nos Estados Unidos foi algo de magnitude fenomenal. No caso da França, como na Sciences Po ou na Sorbonne, fatos semelhantes puderam ser constatados nos locais onde estudantes se reuniam ou montavam acampamentos. Dentro das universidades, onde quer que ações de solidariedade ocorressem com concentrações e ocupações, a polícia podia ser vista chegando em grande número, fortemente armada e, em geral, violenta.

É preciso dizer que as razões apresentadas pelas universidades para justificar a reação violenta contra seus estudantes

são, na maioria dos casos, ineptas. O argumento da segurança tem sido usado com frequência. Mas deveríamos nos perguntar: segurança de quem? Certamente não se trata da segurança de estudantes mobilizadas(os), nem daquela de docentes, seja os efetivos ou aqueles com vínculo temporário. Ninguém se importa quando esses acadêmicos carecem de segurança para poderem se expressar, fazer exigências ou protestar. No entanto, garantir a liberdade dos movimentos de protesto no *campus* deveria ser prioridade, uma vez que não se trata apenas de defender a liberdade de expressão, mas também de falar para “fora dos muros”, como se diz no jargão universitário.

Na verdade, há duas coisas em jogo quando se fala em repressão às ocupações. A questão da segurança dos locais de estudo, ou seja, da propriedade privada das universidades, nesse caso, estudantes que se mobilizam para impedir a livre circulação no *campus* são levados a julgamento. Mas há outra questão: a segurança de estudantes judias e judeus. É necessário notar que esse problema foi mencionado por certo número de estudantes judias e judeus, não por todas(os): alguns e algumas relataram sentir insegurança, principalmente por causa dos debates envolvendo as ocupações.

É preciso questionar essa ideia, a de que as palavras capazes de dar origem a medidas protetivas são as ouvidas em declarações que ameaçam diretamente a integridade física das pessoas. No entanto, os argumentos que justificam as intervenções policiais geralmente se baseiam em uma ambiguidade entre palavras que podem ser perturbadoras, ofensivas ou discutíveis e declarações que equivalem a uma ameaça física contra outras(os) estudantes. A imprecisão deliberadamente mantida em meio aos debates desempenhou um papel prejudicial, precisamente por conta

da premissa “por causa do que alguém diz, não sinto *segurança*”, com base na qual se chega à infeliz conclusão: “minha segurança é mais importante do que a liberdade de expressão alheia”.

O cerne do problema é que, na maioria das vezes, ninguém afirma ter ajudado estudantes judias e judeus em resposta a declarações diretamente voltadas contra sua condição judaica e que ameaçavam causar-lhes danos. Não há dúvida de que tais declarações encontram-se fora do escopo aceitável da liberdade de expressão. Essa questão da segurança e da proteção parece ter sofrido um desvio, a ponto de ser mobilizada contra declarações que denunciavam o genocídio em Gaza ou que pediam o fim dessa guerra genocida.

Tal desvio é profundamente nefasto porque a reivindicação por um cessar-fogo expressa com precisão o desejo de pararmos de prejudicar os outros. Atualmente, são as palestinas e os palestinos que precisam de segurança, que precisam de proteção. E a comunidade internacional fracassou em fornecer-lhes isso. É necessário oferecer-lhes proteção em meio ao perigo, um perigo físico real: o de serem mortas(os), gravemente feridas(os) ou de terem suas famílias massacradas. Assim, parece-me verdadeiramente grotesco que a polícia intervenha para garantir a segurança de uma/um estudante judia/judeu, que, por se dizer sionista ou defensor(a) de Israel, se sente ameaçado(a) por quem deseja o fim do genocídio em Gaza. Aconteça o que acontecer, tal estudante já se encontra em segurança. É possível que ela/ele tenha ficado abalada(o) com certas palavras de ordem, ou até mesmo que infelizmente tenha precisado ouvir ou suportar comentários antissemitas; nesse caso, isso é obviamente condenável. Porém, é preciso também acrescentar que, nos últimos anos, o escopo daquilo que é considerado

antisemita foi grandemente expandido, a ponto de, para algumas organizações, o próprio ato de clamar por justiça na Palestina poder ser considerado uma postura antisemita.

Depois de Pantin

Eu mesma fui advertida, vale lembrar, após meu discurso no evento público em Pantin, na França, em março de 2024. Fui censurada por insistir que, apesar do caráter horrível das táticas empregadas e de minha profunda discordância com elas, o ataque palestino de 7 de outubro de 2023 era um ato de resistência armada, e não um “ataque terrorista” ou um ato “antisemita”. Por frases fora de contexto como essas, experimentei a infâmia e tive que adiar uma série de encontros sobre o tema do luto que seria realizada no Centro Pompidou em abril de 2024. Era necessário esclarecer bem as coisas. Como escrevi em meu artigo de 13 de outubro de 2023 no *AOC*,¹ fiquei profundamente perturbada diante dos massacres de cidadãos israelenses judias e cidadãos israelenses judeus em 7 de outubro, e condenei o Hamas por cometer tais atrocidades. Declaro o mesmo sentimento enquanto judia e enquanto pessoa.

Também é verdade que o luto e a condenação não começam nem terminam aí. As décadas de violência que levaram a esse evento, e em particular aquelas perpetradas pelas forças de ocupação, são anteriores a 7 de outubro, de tal maneira que o início da história que deveríamos contar remonta necessariamente a várias décadas atrás.

1 Butler, *Condamner la violence*, *AOC*.

Desde aquela primeira declaração, os ataques israelenses em Gaza provocaram quase 40 mil mortes, e essas mortes me levam a chorar e a condenar repetidamente. Então, vejo-me na difícil situação, que compartilho com muitas outras pessoas ao redor do mundo, de lamentar por todas as mortes que ocorreram durante essa guerra brutal. Vale ressaltar que fui condenada por certo número de palestinas e palestinos por expressar abertamente horror e pesar por judias e judeus mortas(os) ou levadas(os) como reféns em outubro. Assim como fui condenada por sionistas pelo fato de ter lastimado e lamentado as dezenas de milhares de palestinas e palestinos brutalmente mortas(os) desde então. Não há contradição em sentir pesar por todas essas vidas. A única contradição está em lamentar algumas vidas e não outras.

Em Pantin, sugeri que deveríamos interpretar esses ataques, por mais horríveis que sejam, como uma tática política. É verdade que o antissemitismo pode ser ouvido claramente nas gravações dos combatentes que realizaram o assalto. Entretanto, a principal motivação do Hamas era desafiar uma potência militar colonial, mostrar-lhe que seus membros eram capazes de fazer uma incursão em território israelense, de matar e destruir, de atingir Israel onde a dor fosse maior. O resultado foi uma série de atrocidades. Podemos tentar compreender os objetivos do grupo e deplorar totalmente sua realização.

O ataque do Hamas veio da facção armada de um partido político que administra Gaza, e eu continuo disposta a descrever esse ataque como uma forma de resistência armada à colonização, ao cerco e à despossessão em andamento. Foi um erro no contexto francês usar a palavra “resistência”, porque ela é sobredeterminada: significa o triunfo final da liberdade contra

a ocupação nazista. Mas, no âmbito anglófono, a palavra não implica aprovação nem celebração; ela é puramente descritiva. Alguns movimentos têm facções armadas. Dizer isso não significa glorificar suas atrocidades. “O Hamas não é um grupo terrorista para nós... É um movimento político”, declarou Martin Griffiths, então secretário-geral adjunto da Organização das Nações Unidas (ONU) para assuntos humanitários e coordenador de ajuda de emergência.

Não se trata de endossar as táticas do Hamas nem de glorificar suas ações. Além disso, aqueles que buscam acabar com essa violência devem negociar com o grupo, como fazem atualmente os negociadores do cessar-fogo. Mas, para isso, é necessário entender quais são seus objetivos políticos e elaborar uma estratégia para acabar com a violência. Isso também é o que deve ser feito para acabar com a violência do Estado israelense.

Chamar as ações do Hamas pura e simplesmente de “terroristas” é o mesmo que dizer que todas as populações, em Gaza ou em outros lugares onde há simpatizantes desse grupo, também são terroristas em potencial. Eles são o Hamas ou os escudos humanos que o protegem; por conseguinte, todos os assassinatos de palestinas e palestinos são justificados. Esse é o alibi perfeito para o genocídio, porque, uma vez admitido esse raciocínio, resta apenas uma “solução” aos olhos do governo israelense e de seus aliados estadunidenses: causar o desaparecimento do maior número possível dessas pessoas.

Com isso, eu não estava tentando idealizar o Hamas, mas enfatizar que ele não surgiu do nada. Surgiu como uma organização política significativa após os acordos de Oslo em 1993, os quais acabaram se mostrando uma absoluta ilusão para o povo palestino. A transferência de autoridade política que

deveria ter ocorrido, que havia sido prometida, nunca aconteceu. Houve até sabotagem: mais terras foram tomadas, menos direitos foram concedidos, e isso foi visto pela maioria das palestinas e dos palestinos como uma grande traição. O Hamas então ganhou popularidade, como sabemos, no interior da vida política palestina. Esse triunfo, na minha opinião, poderia ter sido evitado. Para mim, as atrocidades cometidas pelo Hamas em 7 de outubro – e foram atrocidades – não devem ser vistas apenas como atos de violência cega e irracional. A violência foi horrível. Eu a condenei diversas vezes e continuo a condená-la. Contudo, ela não é desprovida de contexto.

Nem todas as formas de “resistência” são justificáveis, e algumas, como as mencionadas, realmente exigem condenação. As violações sexuais cometidas por soldados do Hamas e documentadas pela ONU são graves e indesculpáveis, assim como a tortura e as violações sexuais cometidas por soldados e policiais israelenses, que também foram comprovadas. O antisemitismo e o racismo antiárabe devem ser combatidos da mesma maneira. Além disso, para mim, os assassinatos de habitantes de Gaza cometidos por israelenses, perpetrados desavergonhadamente e sem contenção, mereceriam ser condenados como terroristas, se insistirmos em usar essa qualificação. Por que restringir o campo semântico do “terrorismo” apenas a atores não governamentais?

Já passou da hora de a comunidade internacional se unir a fim de encontrar uma solução justa e duradoura que permita a todas e todos que habitam essa terra viverem em igualdade, liberdade e justiça. Para isso, precisamos encontrar maneiras de compreender as razões da violência sem recorrer a justificativas rápidas e duvidosas ou a caricaturas racistas para nos opormos a elas.

Meu compromisso consiste em desenvolver uma forma de imaginar a igualdade radical de vidas “passíveis de luto”. Uma das razões pelas quais afirmo uma filosofia da não violência é que ela me permite ter um ponto de vista sobre a guerra ou sobre os conflitos extensos que não implica necessariamente numa tomada de partido em meio ao combate. Reflito sobre a guerra e, assim como muitos outros que fizeram essa reflexão, enfatizo uma posição crítica e distinta das perspectivas das partes envolvidas no conflito. Isso também significa que estou constantemente tentando entender como a paz verdadeira poderia ser alcançada e como os atores militares poderiam interagir entre si na mesa de negociações.

Se queremos pedir às pessoas que deponham as armas – e espero que essa seja a nossa vontade –, devemos compreender por que elas as pegam. Conduzir esse tipo de pesquisa histórica não significa justificar a violência infligida. Explicar não é exonerar, como tentei elucidar em *Vida precária*.² Para alcançarmos um mundo de convívio não violento, é necessário compreender a história da dominação colonial, suas estruturas e suas práticas atuais, a fim de acabarmos com essa dominação. A convivência não pode funcionar sem que primeiro sejam estabelecidas condições de igualdade, e, antes de tudo, igualdade entre as vidas passíveis de luto.

2 Ed. bras.: Butler, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Trad. Andreas Lieber. São Paulo: Autêntica, 2019. (N. T.)

Tomar a palavra na condição de judia

A desaprovação desse último ponto – minha insistência recorrente na desigualdade fundamental entre vidas passíveis de luto e as vidas descartáveis – pode ser vista como resposta ao meu artigo na *AOC* e na *London Review of Books*. Algumas pessoas temiam que esse ângulo de ataque resultasse na valorização das perdas mais do que na da resistência. Isso se junta às críticas feitas ao meu trabalho em defesa da não violência, que não estaria à altura do risco de destruição sofrido por palestinas e palestinos e que condenaria, categórica e indevidamente, os modos violentos de ação. Meu artigo, escrito no calor do momento logo após o 7 de outubro, também foi desaprovado por falta de empatia em relação a palestinas e palestinos, ao seu sofrimento e à sua luta legítima.

Responder a essas poucas objeções não deixa de ser útil para esclarecer meu posicionamento e afastar minha própria visão da linha de conduta e de ação emancipatória em um período tão sombrio. Primeiro, devo esclarecer que meu artigo “*Condamner la violence*” [Condenar a violência] foi concebido como testemunho do sofrimento de judias e judeus diante do 7 de outubro e como uma resposta a esse dia. O objetivo era não apenas descrever o que eu sentia – medo, dor, terror –, mas, acima de tudo, ampliar o foco do ódio por parte de judias e judeus a fim de abarcar todo o processo que culminou nessa operação: a longa história de violência estatal perpetrada contra o povo palestino, as condições de vida insuportáveis em Gaza e as várias formas que a nova Nakba está assumindo. Nesse momento, devo fazer algumas observações de autocrítica. Embora tenha mencionado em 10 de outubro o

ataque potencialmente genocida que ameaçava atingir palestinas e palestinos, esse foi um aspecto completamente marginal e sucinto do meu texto, e com base nisso concluí rapidamente que era necessário colocar essa questão no centro de todas as minhas intervenções posteriores. Obviamente, deveria ter aguardado para escrever um artigo como esse, pois ele logo ficou obsoleto por causa da brutal campanha de massacres contra palestinas e palestinos, que se tornou totalmente insuportável para qualquer pessoa que ainda estivesse disposta a encarar a realidade. Esse texto não conseguiu abordar de modo adequado a história do sofrimento e da resistência do povo palestino, e aí está sua limitação manifesta, seu erro. Ele era direcionado à comunidade judaica na qual nasci e fui criada, uma comunidade preocupada exclusivamente com as vidas judaicas, que seria capaz de justificar qualquer destruição de vidas palestinas em termos de uma expansão falaciosa do conceito de legítima defesa israelense. Na verdade, o que eu pedia a essas pessoas era que elas não participassem dessa lógica mortífera. No artigo, eu deveria ter explicitado que estava falando diretamente com elas.

Acredito que tal abordagem, embora tenha sido mal expressa, mal compreendida ou sobrepujada por um contexto horripilante, encontrou seu lugar na discussão porque, como disse antes, o ataque à liberdade de expressão visa justamente tornar esse posicionamento impossível: falar como judia, a partir do ódio por parte de judias e judeus após o 7 de outubro, a fim de direcionar esse sentimento contra uma violência sistêmica, colonial, constitutiva da forma de soberania reivindicada pelo Estado de Israel desde suas origens e pela preponderância do sionismo político.